



# notíciaLEGAL

Informativo digital da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

---

## PCA realiza curso para instrução de processos

A Procuradoria de Consultoria Administrativa (PCA) iniciou, no dia 22/04, uma série de cursos junto aos órgãos de governo que mais demandam a PGE. A primeira a receber o curso - realizado no auditório da PGE - foi a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa). Na ocasião, cerca de 70 servidores da Sesa estiveram presentes ao curso, intitulado "Orientações para aperfeiçoamento da instrução dos processos licitatórios". Segundo a procuradora-chefe da PCA, Maira Campana Souto Gama, o objetivo do projeto é "fazer uma aproximação da PGE com os órgãos do governo, de modo a trocar experiências, estreitar o relacionamento e identificar as demandas". Maira informou ainda que a PGE já está elaborando um manual de licitação para orientação dos órgãos de governo quanto aos aspectos jurídicos dos procedimentos licitatórios, incluindo uma lista de checagem para otimizar o trabalho de análise processual. A abertura do evento ficou por conta do subprocurador-geral para Assuntos Administrativos, Iuri Carlyle do Amaral Almeida Madruga. Também participaram, como palestrantes, dois servidores da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger).





# notícia **LEGAL**

Informativo digital da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

## Atuação de residentes jurídicos traz resultados positivos em projeto da PCJ

Com a chegada dos residentes à PGE, a Procuradoria do Contencioso Judicial (PCJ) criou o **“Projeto de Demandas Repetitivas”**. O objetivo é monitorar as ações consideradas recorrentes e que impõem a necessidade de uma atuação padronizada. Sob a supervisão dos procuradores Daniel Mazzoni, Leonardo Carvalho e Érico Pimentel, oito residentes foram destacados para atuar no projeto: Tatiely dos Reis, Talita Pereira, Ana Cassia de Oliveira, Karyna Queiroz, Thamiris Viana, Dhan



niel Alvarenga, Erica Bianchi e Anna Maria Rodrigues. De janeiro a abril deste ano, 485 processos foram conduzidos ao projeto. “Entre as matérias envolvidas estão pedidos de FGTS por servidores temporários e pedidos de progressão funcional utilizando tempo de estágio probatório por servidores efetivos”, explicou o procurador-chefe da PCJ, Daniel Mazzoni. O projeto já tem alcançado resultados positivos. Segundo Mazzoni, os Juizados Especiais da Fazenda Pública da Comarca da Capital vêm acolhendo a tese da PGE e julgando improcedentes as ações envolvidas pelo projeto. “Esses resultados têm impedido um impacto financeiro e orçamentário não previsto pela Administração Pública Estadual”, afirmou o procurador-chefe. Na avaliação da residente Talita Pereira, o Projeto tem sido muito importante. “Está sendo uma oportunidade muito boa para ver de perto como funciona a advocacia pública e o Estado em si. O projeto é importante para unificarmos teses que permitem aos juízes ter um melhor entendimento sobre a posição da PGE”. Complementando a fala da colega, a residente Ana Cássia de Oliveira acrescentou que as demandas repetitivas têm um impacto financeiro grande para o Estado. “Por isso é importante que consigamos construir boas teses para que o Judiciário consiga uniformizar a jurisprudência e dar um retorno favorável ao Estado”.